

**E  
D  
I  
T  
O  
R  
I  
A  
L**

## O trator governista na CPI do MST (\*)

Derrotado na tentativa de impedir a instalação da CPI do MST, o governo agora prepara uma contraofensiva para assegurar o controle sobre a comissão e reduzir o seu potencial de produzir desgaste político às vésperas da eleição presidencial de 2010. Ontem, líderes aliados deixaram claro que não pretendem abrir mão dos cargos de presidente e relator, que devem ficar a cargo de parlamentares fiéis ao Palácio do Planalto. O objetivo é repetir a estratégia adotada na CPI da Petrobras, onde a divisão dos postos-chave entre PT e PMDB tem permitido ao governo barrar requerimentos incômodos e ditar o ritmo dos trabalhos.

A oposição promete pressionar para ter ao menos um dos cargos.

Os aliados terão ampla maioria na nova CPI, segundo a divisão de vagas anunciada ontem pelas Mesas Diretores da Câmara e do Senado. Das 36 cadeiras, 23 devem ser destinadas a parlamentares fiéis ao governo, e outras 13 ficarão com deputados e senadores de oposição ou que apoiaram a instalação da CPI. A divisão é proporcional ao tamanho das bancadas. Apesar da folga, o governo promete jogar duro e já ameaça ampliar o leque de investigações para repasses de verbas a entidades patronais como a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA, presidida pela Senadora Kátia Abreu (DEM-TO).

O líder do PT na Câmara, deputado Candido Vaccarezza (SP), avisou que o governo não abrirá mão de comandar a presidência e a relatoria da CPI.

Ele ironizou a pressão dos opositores para obter uma cadeira, como em 2007 na CPI do Cartão Corporativo, e defendeu a investigação de repasses a entidades como a CNA.

O DEM e o PSDB podem ter espaço na Mesa. Se eles quiserem a vice-presidência, não vejo qualquer problema — ironizou o petista. — Não vamos permitir que a oposição use a CPI para criminalizar o MST. Se o objetivo é investigar o repasse de verbas para a reforma agrária, entidades que são contra também devem ser investigadas “É chantagem para intimidar a oposição.

Kátia Abreu acusou os governistas de tentar constranger a oposição endureceu nas críticas. Ela reagiu à ameaça de investigar as entidades patronais e disse que, nesse caso, cobrará o mesmo tratamento a cooperativas filiadas a centrais sindicais que apoiam o governo, como a CUT.

Isso é chantagem barata para tentar intimidar a oposição. Vamos investigar bandidos, gente que desvia dinheiro público. Se é assim, também vamos querer investigar CUT e Contag.

O líder do DEM na Câmara, Ronaldo Caiado (GO), também criticou a intenção do governo de indicar os ocupantes dos principais cargos da CPI: — Assim fica impossível investigar.

Se eles controlarem a presidência e a relatoria, a CPI não anda.

Dr. Rosinha (PT-PR), que comandara o esforço frustrado para impedir a criação da CPI, disse que lutará contra acordos com opositores: — O regimento interno tem que ser seguido: os cargos cabem aos dois maiores partidos, PMDB e PT.

Na composição da CPI, a vantagem do governo será maior na Câmara: dos 18 deputados, 13 devem defender o MST. O cálculo inclui a vaga do PSOL, que faz oposição ao governo, mas empunha a bandeira dos sem-terra.

No Senado, a relação tende a ser mais equilibrada: 10 a 8 para a maioria governista. É

**Com maioria folgada, governo quer ter os cargos chave para controlar investigação**

### EDITORIAL

O trator governista na CPI do MST

■ Página 01 e 02

### PEQUENAS NOTAS

■ Página 04

### PEQUENAS NOTAS

■ Página 04

### FIQUE SABENDO

↳ Itambé busca diversificar sua estratégia no exterior

↳ Controle de OGM no Brasil recebe aval de inspetores europeus

↳ Taxa de desemprego cai para 7,7%, mas emprego formal perde espaço

■ Páginas 02 e 03

### NOTICIA DA CNA

↳ 37% dos assentados têm renda equivalente a 1/4 de salário mínimo, diz pesquisa

■ Páginas 05

### ESPAÇO DO AGROPACTO

↳ Encontro semanal do dia 20/10/09

■ Páginas 05 e 06

## Informativo Semanal



Nº 569

Órgão de divulgação de assuntos de interesse do Setor Agropecuário e do Pacto de Cooperação da Agropecuária Cearense.

**Coordenação e Elaboração:** Gerardo Angelim de Albuquerque - Chefe de Gabinete da FAEC

**Coordenador Geral do Agropacto:** JOSÉ RAMOS TORRES DE MELO FILHO (Presidente da FAEC)

### Membros do Comitê Consultivo: Setor Público

Antônio Bezerra Peixoto - SDA  
Antonio Cleber Maurício de Alencar - BB  
Evandro Vasconcelos Holanda Júnior - Embrapa Caprinos  
Francisco Zuza de Oliveira - ADECE  
João Hélio Torres D'Ávila - UFC  
Lucas Antonio de Sousa Leite - Embrapa Agroindústria Tropical  
José Alves Teixeira - BNB  
Teresa Lenice Nogueira da Gama Mota - SECITECE

### Setor Privado

Carlos Prado - IBRAF/NE  
Cristiano Peixoto Maia - C.S. Camarão  
Edgar Gadelha Pereira Filho - C.S. Camaúba  
Euvaldo Bringel Olinda - Instituto Frutal  
Francisco Férrer Bezerra - FIEC  
Gilson Gondim - C.S. Flores  
João Nicélio Alves Nogueira - OCEC  
João Teixeira Júnior - UNIVALE  
José Alberto Costa Bezerra Júnior - C.S. Leite  
Luiz Prata Girão - BETÂNIA  
Raimundo Reginaldo Braga Lobo - SEBRAE/CE  
Tom Prado - C.S. Frutucultura

### Secretária:

KAMYLLA COSTA DE ANDRADE

### Editoração Digital:

GEOVANA COSTA

### Taquigrafia:

IRLANA GURGEL

### Patrocínio:

BANCO DO BRASIL S/A

### CONSULTA

Para maiores esclarecimentos sobre as informações aqui divulgadas, favor comunicar-se com a **SECRETARIA EXECUTIVA DO PACTO DE COOPERAÇÃO DA AGROPECUÁRIA CEARENSE**.

Endereço: Rua Edite Braga, 50 - Jardim América - 60.425-100 Fortaleza - CE

Telefones: (0xx85) 3535-8006/  
3535-8017

Fax: (0xx85) 3535-8001

E-mail: [agropacto@faec.org.br](mailto:agropacto@faec.org.br)

Site: [www.agropacto-ce.org.br](http://www.agropacto-ce.org.br)

### Continuação

esperada a indicação dos senadores Osmar Dias (PDT-PR) e Mão Santa (PSC-PI), que integram partidos aliados, mas apoiaram a CPI.

Entre os governistas, o temor é que parte da bancada do PMDB também atue contra o MST. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), prometeu não retardar a instalação da CPI.

Ontem, intelectuais brasileiros e estrangeiros divulgaram manifesto contra a criação da CPI. Eles acusam os ruralistas de tentar criminalizar os sem-terra e pedem protestos em todo o país contra a CPI. Assinam o documento mais de 60 intelectuais, entre eles Emir Sader, Leandro Konder, Luis Fernando Verissimo, Eduardo Galeano, Istvan Mészáros e Michel Lowy.

(\*) Extraído do jornal O Globo, de 23.10.09

## FIQUE SABENDO !!!

### Itambé busca diversificar sua estratégia no exterior

Maior indústria láctea de capital nacional, a cooperativa mineira Itambé aproveita o momento de reação das cotações internacionais do leite em pó para ampliar sua atuação no mercado externo.

Mesmo com a cotação da matéria-prima em alta, e ainda prejudicada pelo câmbio, a central de 31 cooperativas fechou mais de 200 negócios na feira Anuga, a maior do gênero no mundo dos alimentos e bebidas. Os negócios em Colônia, na Alemanha, rondaram os US\$ 3,5 mil por tonelada de leite em pó. A média histórica é de US\$ 2,5 mil, mas recentemente as cotações recuaram a US\$ 1,8 mil com a avalanche de exportações de Oceania e Europa.

Em Anuga, o aquecimento da demanda em países industrializados e a elevação das compras nos emergentes deu o tom das conversas. Tivemos boas propostas, mas ainda dependemos de como o mercado vai reagir na hora de fechar esses negócios. Se houver descontos muito altos da concorrência, corremos riscos de não fechar tudo, afirmou o representante da Itambé no Oriente Médio, Guilherme Giffoni.

A cooperativa, que capta 100 milhões de litros por mês, exportou US\$ 230 milhões em 2008, mas o recuo das compras de Argélia e Venezuela, o principal cliente da Itambé no exterior, devem derrubar as vendas para menos de US\$ 180 milhões neste ano. Ainda estamos cautelosos porque o preço da matéria-prima aqui é um dos mais altos do mundo. E o câmbio complica muito nossa estratégia, disse o diretor de relações institucionais da Itambé, Ricardo Cotta.

Responsável por metade das exportações brasileiras de lácteos, a cooperativa tem pago, em média, R\$ 0,68 por litro de leite aos cerca de oito mil produtores em sua área de atuação. Com o preço do leite em pó a US\$ 3,5 mil, é possível garantir uma margem para voltar com mais força ao mercado externo em 2009. Mas ainda dependemos do que a concorrência pode fazer, reduzindo preços para fechar vendas, afirmou o especialista André Campos, da trading Serlac.

Em 2008, no pico dos preços internacionais, a Itambé chegou a embarcar 150 aviões ao mercado venezuelano. Trabalhamos dia e noite durante um mês no aeroporto de Viracopos para garantir essas vendas, lembrou André Campos.

Mesmo com algumas dúvidas no horizonte, a Itambé projeta vender para mais de 62 países em 2009. Uma das armas é o chamado leite evaporado, um produto de baixo preço e pronto para o consumo, muito vendido em países da África e América Central. Se isso se sustentar, pode ser que a gente volte a vender mais lá fora, acredita Ricardo Cotta.

Para ampliar sua presença nos mercados da África e do Oriente Médio, a cooperativa abriu uma representação em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos. Além disso, a Itambé é a única empresa habilitada a embarcar lácteos para o México, um mercado amplo e cobiçado, mas ainda restrito.

A estratégia é manter os mercados conquistados e expandir a atuação como alternativa às variações da demanda doméstica.

A cooperativa mineira aposta na redução do preço da matéria-prima no curto prazo e avalia que, mesmo com os efeitos negativos da desvalorização do dólar, o leite em pó ficará mais competitivo. O leite condensado e o evaporado demoram um pouco mais para dar retorno porque são parte de um mercado secundário, disse Ricardo Cotta.

## FIQUE SABENDO !!! FIQUE SABENDO !!!

### Controle de OGM no Brasil recebe aval de inspetores europeus

O governo brasileiro e a iniciativa privada do País tiveram reconhecimento da União Europeia (EU) quanto ao controle de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) recebeu relatório da missão de técnicos do Escritório de Alimentação e Veterinária europeu (FVO, sigla em inglês), que esteve no Brasil, em abril. O documento, concluído em setembro, apresenta avaliação positiva, a exemplo do que ocorreu, em 2007, quando os inspetores europeus vieram, pela primeira vez, com essa finalidade.

De acordo com o relatório, "há um sistema regulatório adotado para a autorização de OGMs comercializados no Brasil. Existem controles privados voluntários sobre alimentos, rações ou sementes para exportação à União Europeia, que não estão oficialmente verificados, mas asseguram que o produto exportado está em conformidade com a legislação da Europa". No País, o setor privado controla voluntariamente produtos não geneticamente modificados exportados àquele bloco econômico, atendendo aos contratos firmados com os importadores.

A fiscalização de atividades de pesquisa e uso comercial de OGMs e a infraestrutura de apoio

laboratorial foram alguns dos pontos avaliados pelos técnicos que, durante duas semanas, estiveram nos estados de Goiás, São Paulo e Bahia, onde visitaram um Laboratório Nacional Agropecuário (Lanagro) e dois laboratórios privados credenciados pelo Mapa. Eles ainda foram a uma fazenda, e estiveram com produtores que processam sementes, alimentos e rações. Além disso, conheceram uma estação de pesquisa experimental e um porto exportador.

"Esse é um reconhecimento por parte da União Europeia de que o Brasil tem marco regulatório para Organismos Geneticamente Modificados e que os controles realizados pelo Estado e iniciativa privada são suficientes e compatíveis com a legislação da Comunidade Europeia", afirmou o coordenador de Biossegurança, da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA), Marcus Vinícius Coelho, que acompanhou a equipe do FVO nos dias da missão.

Na avaliação do escritório europeu, são bastante similares entre o Brasil e a UE os procedimentos legais para autorização de OGM e liberação experimental. Atualmente, quase todos os OGMs autorizados comercialmente no Brasil, exceto um tipo de algodão, recebem o mesmo aval para alimentação humana e animal na UE.

### Taxa de desemprego cai para 7,7%, mas emprego formal perde espaço

A queda da taxa de desocupação em setembro para 7,7% não evitou uma piora nos dados de formalização de emprego nas seis regiões metropolitanas analisadas pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em setembro, a formalização - que engloba os empregados com carteira do setor privado, os militares ou funcionários públicos estatutários e os empregados domésticos com carteira assinada - atingiu 54,9% da população ocupada, a menor taxa do ano e o mesmo nível de novembro do ano passado.

Em setembro, os empregos com carteira no setor privado tiveram redução de 29 mil postos em comparação com agosto, queda de 0,3%, considerada como estabilidade estatística pelo IBGE. Na comparação com setembro do ano passado houve crescimento de 1,4% nesse indicador - também estável para o instituto -, com criação de 134 mil postos formais nas empresas privadas. Essa foi a primeira vez no ano que o crescimento do emprego com carteira no setor privado ficou abaixo do avanço da População em Idade Ativa (PIA), que subiu 1,6% em relação a setembro de 2008.

"Temos um sinal de que o emprego com carteira está sendo afetado", frisou Cimar Azeredo, gerente da PME, lembrando que a queda da taxa de desocupação para 7,7% não surpreende, uma vez que a partir de setembro é comum a recuperação da ocupação por conta do aquecimento provocado pelo fim de ano. "A queda da desocupação é condizente com o período", acrescentou.

A mudança no cenário do emprego formal foi puxada pelo desempenho de São Paulo, única das seis regiões metropolitanas analisadas pela PME em que houve queda no indicador na comparação com igual mês do ano passado. Em setembro, na região metropolitana da capital paulista houve queda de 1,1% no emprego com carteira no setor privado, que, embora seja considerada como estabilidade pelo IBGE, significou 48 mil postos de trabalho a menos em relação a setembro de 2008.

Azeredo também alertou para a média da população ocupada este ano nas seis regiões metropolitanas. Mesmo com a alta de 0,4% em setembro - considerada estável pelo IBGE -, com 76 mil novos postos, na média dos nove primeiros meses do ano o crescimento é de 0,8%, o menor da série iniciada em 2003 para o período janeiro-setembro. No ano passado, esse crescimento era de 3,5%.

Na indústria, a média da ocupação no ano também é a pior da série, com queda de 2,5%, enquanto nos nove primeiros meses de 2008 houve alta de 3,9%. O movimento é puxado por São Paulo, onde a população ocupada na indústria caiu 1,9% na média dos nove meses, diante de uma alta de 6,1% em igual período de 2008. No geral, a taxa média de desocupação este ano é de 8,4%, acima dos 8,1% dos nove primeiros meses de 2008.

O rendimento médio real da população ocupada atingiu o mais alto valor para um mês de setembro desde o início da série histórica da pesquisa, em 2002 - R\$ 1.346,70. "Já estamos com o rendimento de 2002, o maior da série", frisou Cimar Azeredo, lembrando que, estatisticamente, o correto é a comparação com os meses de setembro, para evitar sazonalidades. Na média do ano, o rendimento atingiu R\$ 1.338,22, superando o pico anterior, de R\$ 1.292,17 dos nove primeiros meses de 2008.

**PRODUTOR RURAL: Pague a Contribuição Sindical em benefício da manutenção do Sistema Sindical Rural**

## pequenas NOTAS



**Eficiência alimentar é fator prioritário para produtividade em rebanhos leiteiros:** Na pecuária de produção leiteira a produtividade do rebanho é fator chave para garantir o sucesso do negócio. A contabilidade é fechada todos os dias e cada litro de leite coletado pelo laticínio representa dinheiro entrando ou saindo do bolso do pecuarista. Mais do que qualquer outra atividade de criação, a produtividade na pecuária leiteira é o resultado imediato de uma equação que envolve boa genética, gestão profissional, manejo racional e, principalmente, eficiência alimentar do rebanho. “Na busca contínua por aumentar a eficiência dos sistemas de produção das fazendas e, conseqüentemente, dos rebanhos leiteiros, há a necessidade de o pecuarista cada vez mais tentar alinhar o conhecimento empírico do dia-a-dia com o trabalho de pesquisa e experimentação feito por empresas e órgãos de pesquisa”, destaca Liéber de Freitas Garcia, consultor técnico da Premix em Minas Gerais.



**Nova rastreabilidade:** Foi aprovado pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da Câmara, o projeto que estabelece novas regras para a rastreabilidade de bovinos e búfalos no País. Entre outros pontos, as mudanças aprovadas tornam a adesão à nova lei obrigatória. A Associação dos Criadores de Mato Grosso (Acrimat) aprovou as medidas, que exigem marca a fogo ou tatuagem nos animais, que poderão ser substituídas por dispositivos eletrônicos de identificação ou registros genealógicos em entidades privadas, desde que autorizadas pelo Ministério da Agricultura. Os produtores terão sempre que apresentar guia de trânsito animal, nota fiscal, registros oficiais dos serviços de inspeção e informações dos animais em todos os estágios da cadeia produtiva.



**UE adia decisão sobre contribuição para o clima:** Ministros da Economia da União Europeia decidiram adiar por mais uma semana a decisão sobre a ajuda financeira a países em desenvolvimento que cortarem suas emissões de CO2. O motivo foi a falta de consenso. A principal dificuldade é definir quanto cada um dos 27 países membros da UE deve contribuir. A Polônia e outros 8 países do Leste Europeu solicitaram que a contribuição, a ser dada a partir de 2020, seja voluntária e proporcional à que é feita para o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED). Outros países propõem que a contribuição baseie-se no PIB de cada nação. O comissário europeu de Assuntos Econômicos e Monetários, Joaquín Almunia, considerou o resultado “decepcionante”, mas disse que “isso não significa que a Europa não continuará liderando a busca por um acordo em Copenhague”. Ele reconheceu, entretanto, que “vai ser difícil” chegar a um acordo. O Greenpeace considerou o resultado um “fiasco” e afirmou que a possibilidade de fracasso em Copenhague é real.



**Setor de lácteos terá primeiro déficit em 5 anos no Brasil:** A desvalorização do dólar deverá levar o País a fechar o ano com déficit na balança comercial de lácteos pela primeira vez em cinco anos, segundo informações da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). De acordo com dados, até o mês de setembro deste ano, o Brasil acumulou um déficit de US\$ 75,9 milhões no saldo da balança. Em 2008, no mesmo período, o País registrou um superávit de US\$ 211,3 milhões. De acordo com o Presidente da Comissão Nacional de Pecuária de Leite da CNA, Rodrigo Alvim, as importações subiram 26,8%, para US\$ 205 milhões, nos primeiros nove meses deste ano.

## Eventos

**Encontro:** O I Encontro da Cadeia Produtiva de Queijo Coalho do Nordeste: Indicação Geográfica, Qualidade e Segurança será realizado nos dias 26 e 27 de novembro de 2009, numa realização da Embrapa Agroindústria Tropical. O evento tem como objetivo unir profissionais, produtores, pequenas, médias e grandes empresas que tenham alinhamento com as ações relacionadas à qualidade, segurança e certificação do produto, visando aos processos de indicação geográfica. As inscrições e informações poderão ser feitas de 05 de outubro até 13 de novembro nos telefones (85) 3391-7227/3391-7115 ou pelo site [www.cnpat.embrapa.br/queijocoalho](http://www.cnpat.embrapa.br/queijocoalho)

**Feira:** A V Feira de Flores Ornamentais e Paisagismo será realizada de 30 de Outubro a 8 de Novembro de 2009, no Largo Doutor José Pereira - Centro Histórico, no município de Morretes, no Paraná. Dentro das festividades de aniversário, o município divulga a grande produção de flores e plantas ornamentais através de uma colorida e animada festa, onde os visitantes terão a oportunidade de apreciar e adquirir os produtos a preços mais acessíveis. O evento é uma promoção da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente. Informações: telefone: (41) 3462-3262; fax: (41) 3462-3262; site [www.morretes.pr.gov.br](http://www.morretes.pr.gov.br) e e-mail: [agricultura@vcs.com.br](mailto:agricultura@vcs.com.br)

**FRUTAL CONE SUL 2009:** O Instituto Frutal promoverá mais um evento de sucesso, dentro do seu programa de expansão daqueles eventos. Trata-se da FRUTAL CONE SUL, a ser realizado no período de 5 a 7 de novembro próximo, na cidade de Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul, no belíssimo Parque de Eventos FUNDAPARQUE. O referido evento tem por objetivo inserir as frutas, flores, agroindústrias e produtos da agricultura familiar da Região Sul no mercado brasileiro e internacional, bem como, aumentar a competitividade do setor através de cursos e palestras de capacitação para empresários, produtores e técnicos. Informações: fones (85) 3246-8126 e 8687-8090.

**FRUTAL CONE SUL 2009 – De 5 a 7 de novembro de 2009, em Bento Gonçalves, no Rio Grande do Sul.**

**37% dos assentados têm renda equivalente a 1/4 de salário mínimo, diz pesquisa**

Pesquisa sobre assentamentos rurais encomendada pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) ao Ibope mostra que a maioria dos assentados (37%) tem renda familiar de um salário mínimo. Ainda de acordo com o levantamento, 35% têm renda entre um e dois salários mínimos e 26% tem renda de mais de dois salários mínimos. Segundo o Ibope, 1% dos assentados não respondeu à pesquisa.

Para a presidente da CNA, Senadora Kátia Abreu (DEM-TO), esse é um dos dados mais alarmantes da pesquisa.

“Talvez esse seja o dado mais crítico: cerca de 40% dos assentamentos pesquisados têm renda individual de um 1/4 de salário mínimo. Isso significa que temos 40% dos assentados vivendo em situação de extrema pobreza”, afirmou.

Ela chegou a essa conclusão baseada na constatação de que cada domicílio pesquisado pelo Ibope tem, em média, 4,3 pessoas.

Ela disse ainda que esse dado mostra que a posse da terra não gera automaticamente renda. É necessário, assinalou, investimentos em tecnologia e assistência técnica na hora da comercialização do produto para realmente gerar renda para o agricultor.

A Presidente da CNA também destacou outra constatação da pesquisa: a maioria dos assentados (75%) não tem acesso ao programa de crédito rural do governo. Kátia disse que entre os motivos podem estar a falta de documentação da propriedade, falta de comprovação da produção como garantia para financiamento e a inadimplência.

A pesquisa também informa que 39% dos assentados são os primeiros beneficiários do programa de reforma agrária e 46% compraram a terra de outra pessoa.

Segundo Kátia, isso mostra que há possibilidade de venda irregular de terra, porque pela lei da reforma agrária a terra só pode ser vendida depois de 10 anos e se for um assentamento consolidado, ou seja, com toda a infraestrutura necessária.

A pesquisa mostra ainda que a maioria das propriedades rurais tem entre 5 e 20 hectares (53%) e as propriedades que têm mais de 50 hectares representam 15%, sendo que a média é de 29 hectares. Já a área destinada a produção é, em média, de 18,3 hectares.

A pesquisa também informa que 63% dos assentados produzem na própria terra, mas 37% não produzem nada na sua propriedade. Dos que produzem, 27,7% produzem o suficiente para família e o restante da produção é comercializada; 24,6% produzem apenas o suficiente para alimentar a família e 10,7% não conseguem ter uma produção satisfatória para alimentar a família.

Outros dados destacados pela presidente são o alto índice de analfabetismo e o trabalho infantil. De acordo com a pesquisa, 21% são analfabetos, sendo que a média brasileira é de 9%. A maioria dos assentados (47%) têm até a 4ª série do ensino fundamental e 12% têm o ensino médio ou superior. Já o trabalho infantil atinge 19% das crianças, sendo que nos assentamentos do Pará esse índice chega a 30%.

O Inkra vai se pronunciar sobre a pesquisa durante entrevista coletiva marcada para esta tarde. O levantamento do Ibope foi realizada de 12 a 18 de setembro deste ano em 1.000 domicílios de nove Estados. A margem de erro é de 3 pontos percentuais.

**ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO**

**Resumo da reunião de 20 de outubro de 2009**

**Tema: Cooperativismo: Ações do Sistema OCB/SESCOOP-Ceará**

**Palestrantes: João Nicélio Alves Nogueira, Presidente da OCB/SESCOOP-Ceará; Maria do Socorro Rocha Bastos, Pesquisadora da Embrapa Agroindústria Tropical.**

**Lançamento do I Encontro da Cadeia Produtiva de Queijo de Coalho do Nordeste: Indicação Geográfica, Qualidade e Segurança**

O Sr. Coordenador Flávio Saboya abriu a reunião e passou, imediatamente, a palavra à palestrante, Sra. Maria do Socorro Rocha Bastos, que agradeceu o espaço para proceder ao Lançamento do I Encontro da Cadeia Produtiva de Queijo Coalho do Nordeste: Indicação Geográfica, Qualidade e Segurança, cujo slogan era: Origem e Tradição do Nordeste Brasileiro, a ocorrer em 26 e 27 de novembro na Embrapa Agroindústria Tropical. Disse que os objetivos do evento eram: Promover debates entre o setor privado – produtores e instituições públicas direcionadas a soluções de problemas tecnológicos da produção de queijo e outros derivados; Proporcionar aos participantes, o conhecimento de experiências exitosas no segmento; Estimular e sensibilizar os produtores de queijo coalho a produzir esses alimentos de qualidade e seguros e com potencial para certificação; Proporcionar aos participantes a condição de geração de conhecimentos e inovação para o desenvolvimento sustentável da produção de alimentos; Orientar e esclarecer os produtores de queijo

coalho a importância de preservar a identidade do produto, por meio de indicação geográfica e Interagir com instituições e órgãos de fiscalização e legislação com vistas a inserir alguns produtores em mercados. Mostrou o material publicitário, a programação de palestras (destacando palestra sobre o cenário internacional, por palestrantes de Portugal e França) e o público-alvo, composto por produtores, extensionistas, estudantes e profissionais do segmento. Apresentou os requisitos para inscrição dos produtores: ter SIF ou SIE, participar de associações ou cooperativas, ter cadastro nas instituições representativas (ADAGRI, MAPA, SEBRAE, etc.) e ter projetos com instituições de pesquisa, ensino e extensão. Finalizou convidando todos à participação e deixando o site da instituição: [www.cnpat.embrapa.br/queijocoalho](http://www.cnpat.embrapa.br/queijocoalho) e o contato telefônico: 33917115. O Sr. João Nicélio Alves Nogueira disse que estava havendo uma consulta pública do Ministério da Agricultura sobre a fabricação do queijo de coalho no Brasil e uma das

# ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO ESPAÇO DO PACTO

propostas era de que todo queijo de coalho teria que ser feito com leite pasteurizado e que isso inviabilizaria o sustento de muitas famílias. Parabenizou a palestrante pelo trabalho que vinha desenvolvendo sobre o produto queijo de coalho. Iniciou dizendo ser uma satisfação estar no Agropacto para discorrer sobre as ações do Sistema OCB/SESCOOP-Ceará. Passou a expor o planejamento estratégico para repensar o cooperativismo no Brasil, que iniciou durante a gestão do Dr. Agamenon Coutinho, em 1993, composto por uma Cultura Cooperativista (Cooperjovem); Viabilidade econômica das cooperativas (Constituição orientada e autogestão); Gestão das Cooperativas; (Capacitação dos dirigentes, gerentes e lideranças; autogestão; programa de visita às cooperativas); Conhecimento da sociedade sobre cooperativismo (Gerência de comunicação; palestras nas universidades e colégios; Trabalho junto à mídia (jornal e televisão); Participação dos diretores nas atividades promovidas pelas instituições; Trabalho de aproximação com as cooperativas. Apresentou as pessoas presentes que faziam parte da sua equipe de trabalho. Disse que a Casa passou por uma organização, desde a suspensão de registros de 333 cooperativas; análise da solicitação de registro mais rigorosa; Certificado de regularidade com validade de 6 meses; até informações à sociedade. Com o objetivo de: mensurar melhor as demandas; manter as cooperativas com a documentação atualizada; chamar à atenção das instituições da existência da OCB/CE; planejar melhor as ações; e criar uma Cultura Cooperativista. Apresentou as ações e projetos do Sistema, detalhando cada um deles: Projeto Família, pesquisa sobre a cadeia do leite do Estado do Ceará, Projeto Sorrisão, Projeto Cooperteatro, jovens em situação de risco e curso de especialização em gestão de cooperativas. Informou que a constituição orientada de autogestão composta por reunião informativa, plano de negócios, capacitação cooperativista, atos constitutivos e o acompanhamento por seis meses. Finalizou colocando-se à disposição pelos fones: 3535-3650/ 3535-3670; Email: [ocbce@ocbce.coop.br](mailto:ocbce@ocbce.coop.br).

## Debates

O Sr. Coordenador Flávio Saboya abriu os debates perguntando se a cooperativa não dependia mais da vontade das pessoas. Passou a palavra ao Sr. Francisco Zuza, que falou sobre os primórdios das cooperativas na Europa, que ocorreu por uma necessidade da colonização, diferente do Brasil, que se deu pela exploração. Observou que se a extensão no Nordeste trabalhasse com núcleos de produção, um serviria de exemplo ao outro e que a Adece procura trazer gente com visão de cooperação, trazendo experiências do Sul em relação ao leite. Perguntou quais os critérios que diferenciarão a Indicação geográfica do queijo de coalho do Jaguaribe. O Sr. Vandi Matias falou da participação do Sebrae na câmara setorial de apicultura e disse que o cooperativismo estreitaria o fosso que existia entre o setor e o consumidor final. O Sr. Aparecido Alves respondeu que se quiserem avançar no nível da organização da cooperativa, era preciso ter negócio. O Sr. João Nicélio disse que se conseguissem desenvolver uma cultura cooperativista num perímetro irrigado, por exemplo, para servir como espelho, seria muito interessante; que o processo tem um custo, não era barato, mas de imediato era bancado pelas outras cooperativas (crédito e saúde) do Estado do Ceará. O Sr. Vítor Hugo disse que o trabalho da Embrapa em relação ao queijo de coalho começou há cerca de seis anos na região do Jaguaribe e dos Inhamuns e tinha um grau variado de complexidade. Não podiam deixar acontecer com o queijo de coalho o que ocorreu com a cajuína, que o Piauí estava partindo com sua indicação geográfica. Detalhar as principais dificuldades que tem encontrado do Estado do Ceará em relação ao queijo de coalho. A Sra. Maria do Socorro respondeu: que a



indicação geográfica é bem diferenciada, que o produto final era diferenciado; que o INPI faz a verificação e que o queijo de Jaguaribe tem processo de fabricação e histórico do produto diferentes; que ao final da análise, determinam a denominação de origem e indicação de procedência; que era necessário unir esforços em relação à legislação dos produtos lácteos, pois era uma questão de sobrevivência de diversas famílias. O Sr. Erildo Pontes falou sobre diversos produtos (caju, tâmara, caqui, etc.) e as modalidades de embalagens unitárias que viu no exterior. Informou sobre a Frutal Conesul de 5 a 7 de novembro, convidando a todos. O Sr. José Xavier perguntou quando vai definir a implantação da identificação de área geográfica, partia de que tamanho de região, município. A Sra. Maria do Socorro fez diversas considerações, entre elas, que a delimitação geográfica era primordial e feita com os produtores inseridos no processo, pois o um processo de adesão voluntária e eles têm que assumir um protocolo de especificação. O Sr. João Nicélio disse que tudo era uma questão de decisão dos produtores, de se envolverem no sistema. Sr. Antonio Bezerra Peixoto observou que os problemas em relação ao cooperativismo eram quase os mesmos de décadas atrás e lembrou que tinha um projeto de investir na criança, filhos de agricultores, perguntou o que o SESCOOP fazia nesse sentido; perguntou sobre a participação da agricultura familiar no esforço da Embrapa em relação ao queijo de coalho. O Sr. Francisco das Chagas (Chicão) fez algumas observações e lembrou que o sucesso do processo tinha que ser coletivo, com conscientização, organização e educação; perguntou como estava o estudo de prevalência de tuberculose e brucelose no processo tecnológico e que aquilo precisava ser demonstrado através de análise de risco. O Sr. João Nicélio reconheceu a participação do Governo, que era importante, mas que não podia continuar sempre esperando por ele; falou do projeto Cooperjovem, que busca levar às escolas a cultura da cooperação e estava buscando uma parceria com o Programa Agrinho. A Sra. Maria do Socorro respondeu que a Embrapa começou o trabalho há seis anos com o pessoal da agricultura familiar, e que havia uma priorização do segmento no decorrer do processo, mas que alguns se adequavam, se profissionalizando e outros não; que a equipe iniciava parceria com a Adagri, contando com veterinários da região, que ajudariam na etapa de análise sobre a brucelose e tuberculose. O Sr. Coordenador informou que a FAEC posicionou-se no Ministério da Agricultura com relação ao queijo de coalho e a obrigatoriedade da pasteurização; que o Agrinho funcionava através de cartilhas sobre um determinado tema transversal e que bem poderia adequar o tema do cooperativismo. Desafiou o Sr. Aparecido no sentido de junto com a comissão editorial do Senar, fazer o tema específico sobre associativismo e cooperativismo, indicando a pessoa para criar a história. O Sr. João Nicélio disse que já tinham tudo, a partir da história em quadrinhos da família Cooperjovem. O Sr. Coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.